

Câmara aprova PL do mercado de carbono

Congresso Mecanismo busca reduzir emissões da indústria ou obrigá-la a compensá-los

Câmara aprova e mercado de carbono vai à sanção

Raphael Di Cunto
De São Paulo

A Câmara dos Deputados aprovou por 336 votos a 38 na terça-feira (19) o projeto de lei que cria o mercado regulado de carbono no Brasil, mecanismo que pretende diminuir as emissões de gases com efeito estufa pelas empresas. A proposta segue para sanção presidencial. O projeto foi aprovado após quase um ano de paralisação por causa de um impasse entre Câmara e Senado sobre quem daria a palavra final sobre o texto que vai à sanção. A discussão só destravou por causa da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2024 (COP29), que ocorre no Aracaju até o fim desta semana. O Brasil quer levar a proposta como um avanço do país. Câmara e Senado fizeram um acordo para construir o texto da

lei em conjunto, com regras que só seriam finalizadas pelos deputados após a aprovação pelos senadores na semana passada. A única mudança em relação ao Senado é a retomada da obrigatoriedade de que as seguradoras destinem parte de suas reservas técnicas para ativos ambientais. Mas, mesmo neste caso, será feita uma adaptação: os deputados comprometeram-se a votar outro projeto de lei em breve com o percentual defendido pelos senadores, de 0,5% do total de reserva técnica das seguradoras, para ativos ambientais. O Senado tinha previsto que esse aporte seria autorizado, mas não obrigatório, o que os deputados não concordaram. De resto, as mudanças aprovadas pelos senadores tiveram o aval da Câmara, como proibir a dupla regulamentação institucional e qualquer tributação sobre emissões por atividades, im-



Machado: "Vamos aprovar texto sereno, responsável, que preserve a defesa da agenda ambiental, da agenda econômica, com proteção à propriedade privada"

tações ou fontes reguladas pelo Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). A medida busca evitar que produtos como carvão e gás sejam tributados ao mesmo tempo ao comprar créditos de carbono e com o futuro Imposto Seletivo, aprovado na reforma tributária. Os deputados também concordaram com a participação e voto do setor produtivo na Câmara de Assuntos Regulatórios do mercado de carbono e a harmonização do SBCE com mecanismos setoriais de precificação do carbono, como a produção de biodiesel e etanol para veículos. O projeto dá dois anos para o governo regulamentar o mercado obrigatório de carbono após a sanção da lei. Um comitê do governo federal estabelecerá limites para cada atividade produtiva. As companhias terão novo prazo para se adequarem e aquelas que continuarem a soltar na

atmosfera gases acima desse valor terão que compensar comprando créditos de carbono de projetos sustentáveis, como de áreas de reflorestamento. A proposta estabelece as diretrizes de funcionamento dos mercados obrigatório e voluntário, os prazos de adaptação, o órgão de supervisão dessa política e o patamar mínimo para que uma empresa precise elaborar relatórios com suas emissões (empreendimentos que irradie mais de 10 mil toneladas de carbono por ano) e que necessite compensá-las (mais de 25 mil toneladas/ano). Esse volume deve enquadrar, majoritariamente, as indústrias instaladas no Brasil. Quem não cumprir as regras estabelecidas na lei ou regulamento estará sujeito a multa de até 3% do faturamento bruto da empresa ou grupo econômico no ano anterior ou 4%, em caso de reincidência. Para pessoas físicas

sujeitas à cobrança, a multa será entre R\$ 50 mil e R\$ 20 milhões. A produção agropecuária ficou de fora do mercado regulado e, caso o Brasil entenda no futuro que essa atividade deve ser incluída, será preciso alterar a lei no futuro. A bancada ruralista pressionou para que o setor seja excluído de qualquer possibilidade de regulação com o discurso de que não há cobrança em nenhum outro país e isso poderia encarecer os alimentos. Relator do projeto, o deputado Alci Machado (PP-PR) disse que a indústria brasileira já sofre consequências pela aprovação do mercado de carbono em outros países do mundo sem uma regulamentação própria no Brasil e defendeu a proposta. "Essa não é agenda de governo. É agenda de país", pontuou. "Vamos aprovar texto sereno, responsável, que preserve a defesa da agenda ambiental, da agenda

econômica, com proteção à propriedade privada", afirmou. Um dos pontos mais polêmicos durante a discussão foi que os Estados poderiam negociar os créditos de carbono das terras de seus territórios de forma conjunta. A demanda foi encampada pelo governo do Rio de Janeiro, que tem projetos neste sentido. O projeto aprovado prevê que os donos das terras poderão negociar seus créditos individualmente, desde que manifestem o interesse em vendê-los por conta própria, ou serão remunerados com um percentual dos ganhos do governo. O partido Novo foi o único a votar contra a proposta. O deputado Marcel van Hattem (Novo-ES) disse que isso será um novo encargo sobre as empresas no Brasil. "É [mercado de carbono] tem sido ineficaz para resolver o verdadeiro problema das emissões, no caso brasileiro: o desmatamento ilegal", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 15